



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**Registro: 2013.0000772701**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 9000001-52.2006.8.26.0572, da Comarca de São Joaquim da Barra, em que é apelante APARECIDA DONIZETI BURIAN QUINTINO (JUSTIÇA GRATUITA) e é apelada UNIBANCO AIG SEGUROS S/A.

**ACORDAM**, em sessão permanente e virtual da 28ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: NEGARAM PROVIMENTO AO APELO. V.U., de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores MANOEL JUSTINO BEZERRA FILHO (Presidente) e DIMAS RUBENS FONSECA.

São Paulo, 13 de dezembro de 2013.

**Celso Pimentel**  
**relator**  
Assinatura Eletrônica

Voto nº 26.073  
Apelação nº 9000001-52.2006.8.26.0572  
2ª Vara de São Joaquim da Barra  
Apelante: Aparecida Donizeti Burian Quintino  
Apelada: Unibanco AIG Seguros S/A  
28ª Câmara da Seção de Direito Privado

Ausente boletim de ocorrência e ausente prova do alegado acidente de trânsito, mantém-se o decreto de improcedência da demanda por indenização do seguro obrigatório.

Autora apela da respeitável sentença que, anulada a primeira, rejeitou-lhe demanda por indenização do seguro obrigatório. Insiste na pretensão, argumentando com sua invalidez permanente e com seu direito à indenização máxima.

Dispensava-se preparo e veio resposta.

É o relatório.

Tal qual assinalado no anterior acórdão, controverteu-se sobre o acidente de trânsito, negado pela seguradora, que apontou a ausência de boletim de ocorrência, a que a autora replicou com protesto por prova oral (fl. 99).

Para a produção da prova é que foi anulada a primeira e respeitável sentença.

Pois bem, a única testemunha ouvida não convence do alegado acidente, limitando-se a dizer que “a autora foi atropelada” “por volta do ano de 2004” e “machucou o braço”

(fl. 338). Para não se falar da imprecisão da data, a testemunha não descreveu o evento, não apontou o local nem indicou suas circunstâncias. Nenhum elemento objetivo trouxe, enfim.

Então é ausente demonstração do fato sobre o qual se funda a pretensão, impunha-se o decreto de improcedência, mas por fundamento diverso do da respeitável sentença, prejudicando-se a análise da alegada invalidez.

Pelas razões expostas, nega-se provimento ao apelo.

Celso Pimentel  
relator